

CELSO FURTADO

# Formação econômica do Brasil

*3ª reimpressão*



COMPANHIA DAS LETRAS

5, 8, 9, 14, 18, 26, 35

## 26. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado

O fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira do último quartel do século XIX foi, sem lugar a dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado. A expansão anterior se fizera seja através do crescimento do setor escravista, seja pela multiplicação dos núcleos de subsistência. Em um e outro casos o fluxo de renda, real ou virtual, circunscrevia-se a unidades relativamente pequenas, cujos contatos externos assumiam caráter internacional no primeiro caso e eram de limitadíssimo alcance no segundo. A nova expansão tem lugar no setor que se baseia no trabalho assalariado. O mecanismo desse novo sistema, cuja importância relativa cresce rapidamente, apresenta diferenças profundas com respeito à antiga economia exclusivamente de subsistência. Esta última, como vimos, caracteriza-se por um elevado grau de estabilidade, mantendo-se imutável sua estrutura tanto nas etapas de crescimento como nas de decadência. A dinâmica do novo sistema é distinta. Convém analisá-la devidamente, se pretendemos compreender as transformações

estruturais que levariam, na primeira metade do século XX, à formação no Brasil de uma economia de mercado interno.

Observada em conjunto, a nova economia cafeeira baseada no trabalho assalariado apresenta certas similaridades com a antiga economia escravista: está constituída por uma multiplicidade de unidades produtoras que se ligam intimamente às correntes do comércio exterior. Todavia, se nos fixamos mais de perto no mecanismo dessas unidades, vemos que são profundas as diferenças. Para facilidade de exposição, consideraremos o processo econômico a partir do momento em que a produção é vendida ao exportador. O valor total dessa venda é a renda bruta da unidade produtiva, renda essa que deverá cobrir a depreciação do capital real utilizado no processo produtivo e remunerar a totalidade dos fatores utilizados na produção. A fim de simplificar a análise, dividiremos essa renda em dois grupos gerais: renda dos assalariados e renda dos proprietários. O comportamento desses dois grupos, no que respeita à utilização da renda, é sabidamente muito distinto. Os assalariados transformam a totalidade ou quase totalidade de sua renda em gastos de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte de sua renda para aumentar seu capital, fonte dessa mesma renda.

Vejamos como se propaga o fluxo de renda criado pelas exportações. Os gastos de consumo — compra de alimentos, roupas, serviços etc. — vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes etc. Estes últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. Destarte, a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. Suponhamos agora que ocorra um aumento do impulso externo. Crescendo a massa de salários pagos, aumentaria automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de parte destes últimos, por seu lado, pode ser expandida com relativa

facilidade, dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, particularmente em certas regiões em que predomina a atividade de subsistência. Desta forma o aumento do impulso externo — atuando sobre um setor da economia organizado à base de trabalho assalariado — determina melhor utilização de fatores já existentes no país.<sup>136</sup> Demais, o aumento de produtividade — efeito secundário do impulso externo — manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. Quando convergem certos fatores a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última.

O impulso externo de crescimento se apresenta inicialmente, via de regra, sob a forma de elevação nos preços dos produtos exportados, a qual se transforma em maiores lucros. Os empresários tratam, como é natural, de reinverter esses lucros expandindo as plantações. Dadas a relativa elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculo por parte dos salários ou da renda da terra. Com efeito, os deslocamentos de mão-de-obra dentro do país e a imigração processaram-se independentemente da elevação do salário real naqueles setores ou regiões que atraíram fatores. O setor cafeeiro pôde, na verdade, manter seu salário real praticamente estável durante a longa etapa de sua expansão. Bastou que esse salário fosse, em termos absolutos, mais

136. Exemplo típico da melhor utilização dos recursos provocada pela expansão da procura interna de bens de consumo é dado pela economia de subsistência formada no sul do país com imigração de origem européia. Veja-se capítulo 25.

elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia, e que a produção se expandisse, para que a força de trabalho se deslocasse. Portanto, teve importância fundamental, no desenvolvimento do novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a existência da massa de mão-de-obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores. Se a expansão da economia cafeeira houvesse dependido exclusivamente da mão-de-obra européia imigrante, os salários ter-se-iam estabelecido em níveis mais altos, à semelhança do que ocorreu na Austrália e mesmo na Argentina. A mão-de-obra de recrutamento interno — utilizada principalmente nas obras de desflorestamento, construções e tarefas auxiliares — exerceu uma pressão permanente sobre o nível médio dos salários.

A estabilidade do salário real médio no setor exportador não significava, entretanto, que o mesmo ocorresse no conjunto da economia. Com a absorção de mão-de-obra pelo setor exportador, a importância relativa desse centro da economia ia crescendo. Ao serem absorvidos fatores do setor de subsistência, elevava-se o salário real médio, e ainda mais o salário monetário médio, pois nesse setor o fluxo monetário era relativamente muito menor. Destarte, o fato de que o crescimento do setor exportador fosse extensivo não impedia que o salário médio do conjunto da economia se elevasse. Em síntese, como a população crescia muito mais intensamente no setor monetário que no conjunto da economia, a massa de salários monetários — base do mercado interno — aumentava mais rapidamente que o produto global.

Que significação econômica tinha o fato de que o empresário se encontrasse em uma situação favorável que lhe permitia reter a totalidade dos benefícios derivados das elevações ocasionais dos preços dos produtos de exportação? Suponhamos por um momento que os salários subissem ao se elevarem os preços de exportação. A consequência prática seria que o volume de in-

versões teria de ser menor, e também menor a expansão do setor exportador. A absorção do setor de subsistência resultaria ser mais lenta. A mão-de-obra ocupada no setor exportador se transformaria progressivamente num grupo privilegiado, tendendo a crescer a diferença entre os salários pagos no setor de exportação e no de subsistência.

Os aumentos de produtividade da economia cafeeira refletiam principalmente melhoras ocasionais de preços, ocorridas, via de regra, nas altas cíclicas, sendo mínimas as melhoras de produtividade física logradas diretamente no processo produtivo.<sup>137</sup> Seria possível argumentar, portanto, que a transferência de parte dos frutos desses aumentos ocasionais de produtividade econômica para os assalariados teria como conseqüência imprimir à massa total de salários acentuadas expansões e contrações cíclicas. Mas também se poderia argumentar que, como os salários oferecem maior resistência à compressão que os lucros, a economia estaria em melhores condições para defender-se na baixa cíclica e possivelmente a longo prazo na relação de preços de intercâmbio, caso transferisse para os assalariados parte do aumento de produtividade econômica ganho na etapa de elevação de preços. Não se realizando essa transferência, toda a pressão da queda cíclica se concentrava na massa de lucros. Veremos mais adiante a forma como os empresários conseguiram transferir essa pressão para os demais setores da coletividade.

137. Aumentos de produtividade também podiam resultar da abertura de melhores terras, da maior eficiência dos transportes etc.

## 28. A defesa do nível de emprego e a concentração da renda

Vimos que a existência de uma reserva de mão-de-obra dentro do país, reforçada pelo forte fluxo imigratório, permitiu que a economia cafeeira se expandisse durante um longo período sem que os salários reais apresentassem tendência para a alta. A elevação do salário médio no país refletia o aumento de produtividade que se ia alcançando através da simples transferência de mão-de-obra da economia estacionária de subsistência para a economia exportadora. As melhoras de produtividade obtidas na própria economia exportadora, essas o empresário podia re tê-las, pois nenhuma pressão se formava dentro do sistema que o obrigasse a transferi-las total ou parcialmente para os assalariados. Também assinalamos que esses aumentos de produtividade do setor exportador eram de natureza puramente econômica e refletiam modificações nos preços do café. Para que houvesse aumento na produtividade física, seja da mão-de-obra, seja da terra, era necessário que o empresário aperfeiçoasse os processos de cultivo ou intensificasse a capitalização, isto é, aplicasse maior quantidade de capital por unidade de terra ou de mão-de-obra.

Não existindo nenhuma pressão da mão-de-obra no sentido da elevação dos salários, ao empresário não interessava substituir essa mão-de-obra por capital, isto é, aumentar a quantidade de capital por unidade de mão-de-obra. Como os frutos dos aumentos de produtividade revertiam para o capital, quanto mais extensiva fosse a cultura, vale dizer, quanto maior fosse a quantidade produzida por unidade de capital imobilizado, mais vantajosa seria a situação do empresário. Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações, não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo.

Observação idêntica se poderia fazer relativamente à terra. É evidente que se esta fosse escassa, concluída sua ocupação os empresários seriam induzidos a melhorar os métodos de cultivo e a intensificar a capitalização para aumentar os rendimentos. Por outro lado, a ocupação de solos de qualidade inferior iria elevando a renda da terra, isto é, obrigaria o empresário a transferir para o proprietário da terra uma parcela crescente de seus lucros. Para defender-se contra essa pressão da renda da terra, o empresário seria levado a intensificar os cultivos, ou seja, a aumentar a dose de capital imobilizado por unidade de terra cultivada. Ora, a terra, mais ainda do que a mão-de-obra, existia em abundância, desocupada ou subocupada na economia de subsistência. O empresário tratava de utilizá-la aplicando o mínimo de capital por unidade de superfície. Sempre que essa terra dava sinais de esgotamento, se justificava, do ponto de vista do empresário, abandoná-la, transferindo-se o capital para solos novos de mais elevado rendimento. A destruição de solos que, do ponto

de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora, os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra e de mão-de-obra por unidade de capital.

As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física seja da terra, seja da mão-de-obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam terra e mão-de-obra desocupadas ou subocupadas, e onde era escasso o capital. Pode-se argumentar, evidentemente, que a destruição consciente de solos seria de efeitos negativos a longo prazo. Nem por isso se poderá deixar de reconhecer que o método da cultura extensiva possibilitava um volume de produção por unidade de capital — fator escasso — muito superior ao que se lograria com métodos agrícolas intensivos. A situação pode ser perfeitamente assimilada à de uma indústria extrativa, pois o esgotamento de uma reserva mineral representa a alienação de um patrimônio cuja ausência poderá ser lamentada pelas gerações futuras. Mas, se o aproveitamento da reserva esgotável se faz para dar início a um processo de desenvolvimento econômico, não somente a geração presente mas também as futuras — que receberão a reserva transformada em capital reprodutível — serão beneficiadas. O problema dos solos é, até certo ponto, menos grave, pois quase sempre é possível reconstituí-los. São raros os casos em que a destruição de solos é irreparável.

Pelas razões indicadas e outras, o setor exportador não apresentou, graças à sua expansão, nenhuma tendência a aumentar sua produtividade física. Os frutos do aumento de produtivida-

de, que retinha o empresário e a que antes nos referimos, refletiam principalmente elevações ocasionais de preços. Ora, essas elevações de preços se manifestavam por meio do ciclo econômico, sendo portanto de esperar que o empresário devolvesse, na forma de lucros mais baixos, aquilo que ganhara em lucros extraordinários na etapa cíclica favorável. As flutuações dos preços de exportação se traduziriam, dessa maneira, em contrações e expansões da margem de lucro do empresário. Entretanto, assim não ocorria, por motivos mais ou menos óbvios. Já observamos que a contração cíclica trazia consigo, quase necessariamente, um desequilíbrio na balança de pagamentos, cuja correção se fazia por meio de reajustamentos na taxa cambial.<sup>143</sup>

Ora, o desequilíbrio externo, conforme indicamos, decorria de uma série de fatores ligados à própria natureza do sistema econômico. A crise penetrava neste de fora para dentro, e seu impacto alcançava necessariamente grandes proporções. Verificamos que na primeira etapa, isto é, naquela que se seguia imediatamente à baixa dos preços de exportação, a procura de importações, influenciada pelos efeitos indiretos da expansão anterior das vendas externas e pela forma de financiamento das importações, teria de prolongar-se durante algum tempo. Da ação deste e de outros fatores que indicamos resultava o desequilíbrio, isto é, a acumulação de um déficit na conta corrente da balança de paga-

143. A paridade legal do mil-réis (a partir de 1942 chamado cruzeiro), que na época da independência era 67½ pence (correspondente a 1\$600 por oitava de ouro de 22 quilates), foi reduzida a 43½ pence em 1833 e a 27 pence em 1846. No decênio de 50, a taxa média anual esteve a 27 ou acima de 27 durante seis anos em dez e em todos os anos foi superior a 25. No de 60, a média anual alcançou 27 em um ano e foi superior a 25 em cinco anos. No de 70, alcançou 27 num ano e foi superior a 25 em quatro anos. No de 80 não alcançou 27 em nenhum ano, foi superior a 25 em dois e inferior a vinte em dois. No de 90 foi inferior a vinte em nove anos.

mentos. Se a economia operasse dentro das regras do padrão-ouro, vale dizer, através da liquidação de ativos externos e reservas metálicas, a correção do desequilíbrio adviria como consequência da contração geral que se propagaria do setor exportador a todas as atividades econômicas. Já observamos que a contração do setor exportador, pela lógica do sistema, deveria traduzir-se principalmente em redução na margem dos lucros. A contração da renda global resultante da crise se manifestaria, portanto, basicamente, numa redução das remunerações das classes não assalariadas. Como nos gastos de consumo dessas classes de altas rendas os produtos importados participavam com elevada parcela, é evidente que uma brusca contração nos lucros do setor exportador tenderia a reduzir a procura de bens importados. Demais, a redução dos lucros afetaria o volume das inversões, provocando uma série de efeitos secundários tendentes a reduzir a procura de importações.

A correção do desequilíbrio através da taxa cambial era uma operação de natureza e consequências inteiramente distintas. Ao reduzirem-se os preços dos produtos exportados — no caso, o café — tendia a baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional.<sup>144</sup> Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o desequilíbrio, pois a simples previ-

144. O papel do preço do café, como fator determinante da taxa cambial, foi perfeitamente percebido por WILEMAN, numa época em que os observadores mais esclarecidos do Brasil preocupavam-se apenas com as emissões de moeda-papel e os déficits do governo central. WILEMAN observa que entre 1861-64 e 1865-69 o preço médio da saca de café baixou de 5\$729 para 4\$952 (ouro) e a taxa de câmbio média desce de 26% para 21,31; no período 1870-75 a saca de café sobe para 6\$339, e a taxa de câmbio se recupera, indo para 24,3; no período 1876-85, a saca desce para 3\$247, e o câmbio baixa para 22¼. Finalmente, em 1886-89 o café sobe para 5\$432, e o câmbio se eleva para 24¼. *Op. cit.*, pp. 234-48.

são de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país. Assim, sem necessitar liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.

A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores. Para aclarar esse mecanismo, vejamos um exemplo. Suponhamos que, na situação imediatamente anterior à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em duzentos cruzeiros, isto é, ao câmbio de oito cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução, digamos, de quarenta por cento do preço de venda da saca de café, a qual passava a ser cotada a quinze dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial, tal perda de dez dólares se traduziria, pelas razões já indicadas, em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha pela taxa cambial, as consequências eram outras. Admitamos que, ao deflagrar a crise, o valor do dólar subisse de oito para doze cruzeiros. Os quinze dólares a que o nosso empresário estava vendendo agora a saca do café já não valiam 120 cruzeiros, mas sim 180. Dessa forma, a perda do empresário, que em moeda estrangeira havia sido de quarenta por cento, em moeda nacional passava a ser de dez por cento.

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as ex-

de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora, os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra e de mão-de-obra por unidade de capital.

As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física seja da terra, seja da mão-de-obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam terra e mão-de-obra desocupadas ou subocupadas, e onde era escasso o capital. Pode-se argumentar, evidentemente, que a destruição consciente de solos seria de efeitos negativos a longo prazo. Nem por isso se poderá deixar de reconhecer que o método da cultura extensiva possibilitava um volume de produção por unidade de capital — fator escasso — muito superior ao que se lograria com métodos agrícolas intensivos. A situação pode ser perfeitamente assimilada à de uma indústria extrativa, pois o esgotamento de uma reserva mineral representa a alienação de um patrimônio cuja ausência poderá ser lamentada pelas gerações futuras. Mas, se o aproveitamento da reserva esgotável se faz para dar início a um processo de desenvolvimento econômico, não somente a geração presente mas também as futuras — que receberão a reserva transformada em capital reprodutível — serão beneficiadas. O problema dos solos é, até certo ponto, menos grave, pois quase sempre é possível reconstituí-los. São raros os casos em que a destruição de solos é irreparável.

Pelas razões indicadas e outras, o setor exportador não apresentou, graças à sua expansão, nenhuma tendência a aumentar sua produtividade física. Os frutos do aumento de produtivida-

de, que retinha o empresário e a que antes nos referimos, refletiam principalmente elevações ocasionais de preços. Ora, essas elevações de preços se manifestavam por meio do ciclo econômico, sendo portanto de esperar que o empresário devolvesse, na forma de lucros mais baixos, aquilo que ganhara em lucros extraordinários na etapa cíclica favorável. As flutuações dos preços de exportação se traduziriam, dessa maneira, em contrações e expansões da margem de lucro do empresário. Entretanto, assim não ocorria, por motivos mais ou menos óbvios. Já observamos que a contração cíclica trazia consigo, quase necessariamente, um desequilíbrio na balança de pagamentos, cuja correção se fazia por meio de reajustamentos na taxa cambial.<sup>143</sup>

Ora, o desequilíbrio externo, conforme indicamos, decorria de uma série de fatores ligados à própria natureza do sistema econômico. A crise penetrava neste de fora para dentro, e seu impacto alcançava necessariamente grandes proporções. Verificamos que na primeira etapa, isto é, naquela que se seguia imediatamente à baixa dos preços de exportação, a procura de importações, influenciada pelos efeitos indiretos da expansão anterior das vendas externas e pela forma de financiamento das importações, teria de prolongar-se durante algum tempo. Da ação deste e de outros fatores que indicamos resultava o desequilíbrio, isto é, a acumulação de um déficit na conta corrente da balança de paga-

143. A paridade legal do mil-réis (a partir de 1942 chamado cruzeiro), que na época da independência era 67½ pence (correspondente a 1\$600 por oitava de ouro de 22 quilates), foi reduzida a 43½ pence em 1833 e a 27 pence em 1846. No decênio de 50, a taxa média anual esteve a 27 ou acima de 27 durante seis anos em dez e em todos os anos foi superior a 25. No de 60, a média anual alcançou 27 em um ano e foi superior a 25 em cinco anos. No de 70, alcançou 27 num ano e foi superior a 25 em quatro anos. No de 80 não alcançou 27 em nenhum ano, foi superior a 25 em dois e inferior a vinte em dois. No de 90 foi inferior a vinte em nove anos.

mentos. Se a economia operasse dentro das regras do padrão-ouro, vale dizer, através da liquidação de ativos externos e reservas metálicas, a correção do desequilíbrio adviria como conseqüência da contração geral que se propagaria do setor exportador a todas as atividades econômicas. Já observamos que a contração do setor exportador, pela lógica do sistema, deveria traduzir-se principalmente em redução na margem dos lucros. A contração da renda global resultante da crise se manifestaria, portanto, basicamente, numa redução das remunerações das classes não assalariadas. Como nos gastos de consumo dessas classes de altas rendas os produtos importados participavam com elevada parcela, é evidente que uma brusca contração nos lucros do setor exportador tenderia a reduzir a procura de bens importados. Demais, a redução dos lucros afetaria o volume das inversões, provocando uma série de efeitos secundários tendentes a reduzir a procura de importações.

A correção do desequilíbrio através da taxa cambial era uma operação de natureza e conseqüências inteiramente distintas. Ao reduzirem-se os preços dos produtos exportados — no caso, o café — tendia a baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional.<sup>144</sup> Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o desequilíbrio, pois a simples previ-

144. O papel do preço do café, como fator determinante da taxa cambial, foi perfeitamente percebido por WILEMAN, numa época em que os observadores mais esclarecidos do Brasil preocupavam-se apenas com as emissões de moeda-papel e os déficits do governo central. WILEMAN observa que entre 1861-64 e 1865-69 o preço médio da saca de café baixou de 5\$729 para 4\$952 (ouro) e a taxa de câmbio média desce de 26% para 21,31; no período 1870-75 a saca de café sobe para 6\$339, e a taxa de câmbio se recupera, indo para 24,3; no período 1876-85, a saca desce para 3\$247, e o câmbio baixa para 22¼. Finalmente, em 1886-89 o café sobe para 5\$432, e o câmbio se eleva para 24¼. *Op. cit.*, pp. 234-48.

são de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país. Assim, sem necessitar liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.

A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores. Para aclarar esse mecanismo, vejamos um exemplo. Suponhamos que, na situação imediatamente anterior à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em duzentos cruzeiros, isto é, ao câmbio de oito cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução, digamos, de quarenta por cento do preço de venda da saca de café, a qual passava a ser cotada a quinze dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial, tal perda de dez dólares se traduziria, pelas razões já indicadas, em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha pela taxa cambial, as conseqüências eram outras. Admitamos que, ao deflagrar a crise, o valor do dólar subisse de oito para doze cruzeiros. Os quinze dólares a que o nosso empresário estava vendendo agora a saca do café já não valiam 120 cruzeiros, mas sim 180. Dessa forma, a perda do empresário, que em moeda estrangeira havia sido de quarenta por cento, em moeda nacional passava a ser de dez por cento.

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as ex-

portações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. É verdade que parte dessa transferência de renda se fazia dentro da própria classe empresarial, na sua qualidade dupla de exportadora e consumidora de artigos importados. Não obstante, a parte principal da transferência teria de realizar-se entre a grande massa de consumidores de artigos importados e os empresários exportadores. Para dar-se conta do vulto dessa transferência, bastaria atentar na composição das importações brasileiras no fim do século XIX e começo do XX, quando metade delas era constituída por alimentos e tecidos. Durante a depressão, as importações que se contraíam menos — dada a baixa elasticidade-renda de sua procura — eram aquelas de produtos essenciais utilizados pela grande massa consumidora. Os produtos de consumo de importação exclusiva das classes não assalariadas apresentavam elevada elasticidade-renda, dado o seu caráter de não-essencialidade.

Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão-de-obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. Na etapa de declínio cíclico, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que na alta cíclica os frutos desse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresarial, na depressão os prejuízos da baixa de preços tenderiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador. Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia

corrigia o desequilíbrio externo — o reajustamento da taxa cambial — possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora. Destarte, o processo de concentração de riqueza, que caracterizava a prosperidade, não encontrava um movimento compensatório na etapa de contração da renda.

A razão de ser dessa forma de operar estava no esforço de sobrevivência de um organismo econômico que contava com escassos meios de defesa. A crise econômica, do ponto de vista de um centro industrial, apresentava-se como uma parada mais ou menos regular numa marcha firme para a frente. Essa parada permitia reajustar as peças do sistema, que numa etapa de crescimento rápido tendiam a descoordenar-se. A queda brusca da lucratividade significava a eliminação dos menos eficientes e dos financeiramente mais débeis. Por outro lado, exigia dos financeiramente fortes aumentarem sua eficiência e possibilitava a concentração do poder financeiro indispensável na etapa superior de desenvolvimento da economia capitalista.

Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação que sucediam à crise. Se a baixa dos preços de exportação se transformasse, como seria de esperar pela lógica do sistema, em redução dos lucros dos empresários, é evidente que, conforme fosse o grau dessas perdas, muitos deles teriam que interromper a produção de café, ou as compras desse produto aos pequenos produtores locais. Não sendo praticável uma redução do custo a curto prazo através de uma compressão dos salários, cujo nível não se elevava na alta cíclica, a única solução que ficaria ao empresário, ou àqueles financeiramente menos resis-

tentes, seria reduzir a produção. Dessa forma, tenderia a paralisar-se uma grande parte da atividade econômica. Dada a natureza dessa atividade, a paralisação acarretaria a maior de todas as perdas.

Por sua própria natureza, a plantação de café significa uma inversão a longo prazo com grandes imobilizações de capital. A terra ocupada pelo café não pode ser utilizada senão de forma subsidiária para outras culturas. Não existe, como no caso dos cereais, a possibilidade de reduzir, no período produtivo seguinte, a área semeada. O abandono da plantação de café significaria para o empresário um grande prejuízo, dado o montante do capital imobilizado. Por outro lado, como não existia possibilidade alternativa de utilização da mão-de-obra, a perda total de renda seria de grandes proporções. A população que deixasse de trabalhar nos cafezais reverteria à pura economia de subsistência. A queda da renda monetária teria evidentemente uma série de efeitos secundários sobre a economia de mercado interno, ampliando-se o efeito depressivo. E esse elevado preço seria pago por coisa nenhuma ou por muito pouco. Provavelmente se operaria uma maior concentração da propriedade, absorvendo os empresários de maior poder financeiro os mais fracos. Não há, entretanto, nenhuma razão para crer que se criassem estímulos no sentido de aumento da produtividade. Dada a natureza da atividade econômica, a única forma de lograr, a curto prazo, aumentos de produtividade física seria cortando na folha de salários, o que não constituía uma solução do ponto de vista do conjunto da coletividade.

Explica-se, portanto, que a economia procurasse por todos os meios manter o seu nível de emprego durante os períodos de depressão. Qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, sempre era vantajoso, do ponto de vista do conjunto da coletividade, manter o nível das exportações. Defendia-se, assim,

o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas.

## 35. Os dois lados do processo inflacionário

As observações feitas anteriormente põem em evidência que a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra está fundamentalmente ligada à política cambial e ao tipo de controle seletivo que se impôs às importações. Mantendo-se baixos os custos dos equipamentos importados enquanto se elevaram os preços internos das manufaturas produzidas no país, é evidente que aumentava a eficácia marginal das inversões nas indústrias.<sup>182</sup> Não se pode ignorar, entretanto, que um dos fatores que atuavam nesse processo era a alta dos preços das manufaturas de produção interna. É este um ponto de grande interesse, que vale a pena analisar. Chamamos a atenção para o fato de que os capitais adicionais à disposição dos industriais para intensificar suas inversões não foram o fruto de uma simples redistribuição de renda e, portanto, não resultaram do processo inflacionário, isto é, da elevação dos preços. Esses capitais foram

182. Vale dizer: melhoravam as perspectivas de rentabilidade dos novos capitais investidos em indústrias.

criados por assim dizer fora da economia, pelo aumento geral de produtividade econômica que advinha da baixa relativa dos preços de importação. Atribuir à inflação um aumento de capitalização da magnitude do que teve lugar no Brasil entre 1948 e 1952 é uma simplificação grosseira do problema que em nada contribui para esclarecê-lo. A experiência de outros países latino-americanos, onde se tem lançado mão amplamente da inflação, demonstra que esse processo não é capaz, por si só, de aumentar a capitalização de forma persistente e efetiva. Contudo seria errôneo querer ignorar o papel que, no pós-guerra, desempenhou no Brasil a elevação dos preços. Existem aqui dois problemas distintos: a razão pela qual os preços se elevam persistentemente e os efeitos dessa elevação no processo econômico. Consideremos em primeiro lugar este segundo problema.

O aumento na capitalização teve como causa básica o incremento na eficácia marginal do capital, isto é, na melhora das perspectivas que se apresentavam ao empresário industrial com respeito à rentabilidade dos novos capitais que inverteria. Que é que estava por trás dessa perspectiva de maior rentabilidade dos novos capitais investidos? A taxa de aumento do custo dos equipamentos e a taxa de aumento dos preços das manufaturas que se produziam com esses equipamentos. Fixa a taxa de câmbio, o aumento no custo do equipamento refletia apenas o incremento dos preços de importação. Se o nível dos preços internos acompanhasse o dos preços externos, o custo do equipamento acompanharia os preços de venda do empresário. Por outro lado, sempre que o nível interno de preços se elevasse relativamente (o que ocorreu graças à estabilização da taxa de câmbio), o custo dos equipamentos se reduziria em termos reais, para o empresário. Se os preços tivessem sido estabilizados a partir de 1947, o custo dos equipamentos importados sempre teria sido relativamente baixo no Brasil, pois o equilíbrio entre procura e oferta de divi-

## 35. Os dois lados do processo inflacionário

As observações feitas anteriormente põem em evidência que a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra está fundamentalmente ligada à política cambial e ao tipo de controle seletivo que se impôs às importações. Mantendo-se baixos os custos dos equipamentos importados enquanto se elevaram os preços internos das manufaturas produzidas no país, é evidente que aumentava a eficácia marginal das inversões nas indústrias.<sup>182</sup> Não se pode ignorar, entretanto, que um dos fatores que atuavam nesse processo era a alta dos preços das manufaturas de produção interna. É este um ponto de grande interesse, que vale a pena analisar. Chamamos a atenção para o fato de que os capitais adicionais à disposição dos industriais para intensificar suas inversões não foram o fruto de uma simples redistribuição de renda e, portanto, não resultaram do processo inflacionário, isto é, da elevação dos preços. Esses capitais foram

182. Vale dizer: melhoravam as perspectivas de rentabilidade dos novos capitais invertidos em indústrias.

criados por assim dizer fora da economia, pelo aumento geral de produtividade econômica que advinha da baixa relativa dos preços de importação. Atribuir à inflação um aumento de capitalização da magnitude do que teve lugar no Brasil entre 1948 e 1952 é uma simplificação grosseira do problema que em nada contribui para esclarecê-lo. A experiência de outros países latino-americanos, onde se tem lançado mão amplamente da inflação, demonstra que esse processo não é capaz, por si só, de aumentar a capitalização de forma persistente e efetiva. Contudo seria errôneo querer ignorar o papel que, no pós-guerra, desempenhou no Brasil a elevação dos preços. Existem aqui dois problemas distintos: a razão pela qual os preços se elevam persistentemente e os efeitos dessa elevação no processo econômico. Consideremos em primeiro lugar este segundo problema.

O aumento na capitalização teve como causa básica o incremento na eficácia marginal do capital, isto é, na melhora das perspectivas que se apresentavam ao empresário industrial com respeito à rentabilidade dos novos capitais que inverteria. Que é que estava por trás dessa perspectiva de maior rentabilidade dos novos capitais invertidos? A taxa de aumento do custo dos equipamentos e a taxa de aumento dos preços das manufaturas que se produziam com esses equipamentos. Fixa a taxa de câmbio, o aumento no custo do equipamento refletia apenas o incremento dos preços de importação. Se o nível dos preços internos acompanhasse o dos preços externos, o custo do equipamento acompanharia os preços de venda do empresário. Por outro lado, sempre que o nível interno de preços se elevasse relativamente (o que ocorreu graças à estabilização da taxa de câmbio), o custo dos equipamentos se reduziria em termos reais, para o empresário. Se os preços tivessem sido estabilizados a partir de 1947, o custo dos equipamentos importados sempre teria sido relativamente baixo no Brasil, pois o equilíbrio entre procura e oferta de divi-

sas estaria sendo obtido à custa de controles diretos. Ora, ao elevarem-se os preços internos, aquele custo relativo dos equipamentos tendeu a baixar ainda mais. É fácil compreender o forte estímulo às inversões que resultava desse movimento para baixo do custo real dos equipamentos. À proporção que se intensificava esse processo, o controle das importações teria que ser mais estrito, pois maior era o desnível entre preços internos e externos. Por outro lado, os empresários iam aumentando a sua cota no rateio das divisas e dessa forma se apropriando de uma parcela maior do fruto do aumento de produtividade econômica através das importações.

A elevação contínua do nível dos preços internos foi, destaque, o instrumento que favoreceu a apropriação pelos empresários — particularmente os industriais — de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica de que se estava beneficiando a economia com a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. Assim, para que a inflação pudesse desempenhar um papel positivo, no sentido de intensificar as inversões e o crescimento da economia, foi necessário que houvesse algo a redistribuir, cuja origem independia dela. Mas é indubitável que ela pôs em marcha um mecanismo que canalizou para as mãos do empresário uma parte crescente da massa de renda real que a melhora na relação de preços do intercâmbio externo havia formado na economia. Esse processo de transferência teria de chegar a um fim, pois, uma vez alcançada certa composição de importações, a participação dos bens de capital e das matérias-primas já não poderia crescer, pelo menos a curto prazo. Alcançado esse ponto, a elevação relativa dos preços internos já não teria nenhum efeito positivo sobre o processo de capitalização através do estímulo às importações de equipamentos. Não fosse o forte aumento da capacidade para importar, motivado em fins de 1949 pela alta dos preços do café, aquele ponto de saturação

teria sido alcançado no Brasil em níveis mais baixos de capitalização que o atingido em 1951-52. O declínio no ritmo de crescimento que se observa a partir de 1953 reflete em parte o debilitamento desses estímulos.

Vejam agora alguns dos aspectos básicos do problema da elevação do nível de preços. Assinalamos, em capítulo anterior, a tendência histórica da economia brasileira para elevar o seu nível de preços, tendência essa que refletia o processo pelo qual o setor exportador transferia para o conjunto da coletividade as suas perdas nas baixas cíclicas ou nas etapas de superprodução. Indicamos, ademais, como esse mecanismo tendente a fazer subir permanentemente o nível dos preços dificultava o funcionamento do sistema do padrão-ouro. Consideremos agora mais de perto alguns dos aspectos de maior interesse desse problema da instabilidade do nível de preços.

Após a etapa de grandes desequilíbrios que sucedeu imediatamente à guerra, teve início um período de amortecimento dos efeitos desses desequilíbrios e de retorno a um quadro de relativa estabilidade, dentro de um sistema seletivo das importações e de controle das transferências cambiais. Assim, entre 1947 e 1949 os índices de custo de vida se elevaram a uma taxa anual de menos de cinco por cento, o que representava um relativo grau de estabilidade, pois no período 1943-47 a taxa de elevação anual se aproximou de vinte por cento. Ora, a partir de 1949 irrompe nova alta de preços, subindo os índices de custo de vida em cerca de cinquenta por cento entre esse ano e 1952.<sup>183</sup> Observando mais atentamente o processo econômico, vemos que entre 1949 e 1952 o volume da produção real subiu 28 por cento no setor industrial

183. Para medir a pressão inflacionária, utilizamos de preferência os índices de custo de vida. Vejam-se *Anuário estatístico do Brasil*, para o índice de custo de vida da classe operária em São Paulo, e *Conjuntura Econômica*, para o índice de custo de vida na cidade do Rio de Janeiro.

e apenas dez por cento no setor agropecuário. O aumento da renda monetária foi: 75 por cento na indústria e 69 por cento na agropecuária. Esses dados pareciam indicar que o principal fator de desequilíbrio se teria localizado no setor agropecuário. Entretanto, a realidade não está toda aí. Se é verdade que a produção física do setor agrícola teria aumentado apenas dez por cento, o valor real dessa produção cresceu com a elevação relativa dos preços de exportação. Assim, tendo em conta que aproximadamente a terça parte da produção agropecuária se exporta e que a relação de preços de intercâmbio melhorou trinta por cento e quarenta por cento, se deduz que a produção real do setor agropecuário teria aumentado aproximadamente vinte por cento.

Comparando esses dados se comprova que, na agricultura, para cada unidade de produção real foram criadas 3,4 de renda monetária, e na indústria 2,7. Mas não é somente isso. Enquanto no setor industrial o aumento da renda monetária é seguido de perto pelo incremento da oferta real de bens produzidos pela própria indústria, no setor agrícola esse incremento da oferta depende do aumento das importações. Ora, como as importações estavam sendo controladas com o objetivo de dificultar a entrada de bens de consumo, é evidente que o aumento da renda monetária teria que pressionar sobre a oferta desses bens. Em uma situação de controle seletivo das importações, um aumento de grandes proporções na renda monetária, determinado por uma elevação dos preços de exportação, tende quase necessariamente a resolver-se em alta no nível de preços, pois a oferta de bens de consumo não pode crescer com a mesma rapidez que a renda disponível para consumo. Em primeiro lugar, o aumento da oferta depende de importações, as quais exigem tempo para concretizar-se. Em segundo, a necessidade de selecionar os pedidos dos importadores e a preferência pelas importações de bens de produção tornarão ainda mais longo o período requerido para aumento da oferta de bens de consumo.

As observações feitas no parágrafo anterior põem a descoberto certas articulações básicas do mecanismo da inflação no Brasil. A inflação é o processo pelo qual a economia tenta absorver um excedente de procura monetária. Essa absorção faz-se através da elevação do nível de preços, e tem como principal consequência a redistribuição da renda real. O estudo do processo inflacionário focaliza sempre esses dois problemas: a elevação do nível de preços e a redistribuição da renda. Seria, entretanto, errôneo supor que se trata aí de dois problemas autônomos. A palavra inflação induz a esse erro, pondo em primeiro plano o aspecto monetário do processo, isto é, a expansão da renda monetária. Contudo essa expansão é apenas o meio pelo qual o sistema procura redistribuir a renda real com o fim de alcançar uma nova posição de equilíbrio.<sup>184</sup> Pode-se conceber uma situação na qual todos os grupos sociais desenvolvam mecanismos de defesa, destinados a dificultar ou mesmo a impossibilitar a redistribuição da renda real, exigida pela introdução de um desequilíbrio no sistema. Uma tal situação, se levada ao extremo, poderá dar lugar a uma espécie de inflação neutra, isto é, uma inflação

184. Observando o processo de outro ângulo, pode-se dizer que a elevação do nível de preços é a forma como o sistema reage contra uma redistribuição que já existe virtualmente quando tem lugar o desequilíbrio. Suponha-se, por exemplo, que, através da criação de meios de pagamentos, se aumente a renda monetária de um setor. Opera-se, automaticamente, uma redistribuição da renda em benefício desse setor. Se o grupo beneficiado aumentasse sua liquidez, essa redistribuição poderia continuar como um fenômeno puramente virtual. Entretanto, se a procura inflada pressiona no mercado e encontra uma oferta inelástica, forma-se um desequilíbrio que poderá resolver-se em alta de preços. Se o sistema bancário proporciona aos demais setores recursos para defender-se dessa alta — isto é, para operar em um nível de custos mais elevado —, a redistribuição poderá abortar. Contudo, mesmo que se forme uma espiral inflacionária, o grupo que partiu na frente terá uma vantagem que será tanto maior quanto o for o circuito da inflação.

sem efeitos reais. Os preços se elevariam permanentemente sem nenhuma repercussão na forma como se distribui a renda real.

Poder-se-ia argumentar que, se em determinado caso a inflação não tem efeitos reais, não haveria nenhuma dificuldade em suprimi-la, pois nenhum grupo se sentiria prejudicado com a estabilização. Essa observação se funda num dos equívocos que impedem a muitos observadores perceberem a natureza real do processo inflacionário. O equívoco consiste em não conceber a inflação em termos dinâmicos. Na inflação que chamamos de neutra, os efeitos reais existem, se bem que não sejam perceptíveis para um observador que analisa o processo econômico comparando períodos de tempo de certa magnitude. Assim, o período de um ano é suficientemente grande para que todos os grupos sociais que lideram a distribuição da renda realizem o circuito completo na corrida da redistribuição. Ao final do ano, as posições relativas poderão ser praticamente iguais às do final do ano anterior. É apenas nesse sentido que se pode dizer que a inflação não tem efeitos reais sobre a distribuição da renda. Se observamos mais de perto o processo, vemos que esses efeitos existem, mas que se anulam mutuamente dentro do período de um ano. Uma inflação absolutamente neutra seria aquela em que todos os preços crescessem simultaneamente e com o mesmo ritmo. Quando dizemos simultaneamente, queremos significar que o período de observação teria de ser tão curto que dentro dele não se poderiam operar efeitos reais. Ora, uma elevação de preços dessa natureza é um fenômeno totalmente sem sentido para o analista econômico.

A dificuldade que existe em deter a alta de preços, numa inflação neutra de circuito anual, está em que a estabilização teria como resultado aquilo contra o que o sistema econômico se está defendendo, isto é, a redistribuição da renda real. Em qualquer dia ou mês do ano existe um grupo que está na frente, na luta

pela redistribuição da renda. Esse grupo seria o beneficiário da estabilização do nível de preços. Mesmo que fosse possível estabelecer o padrão médio de distribuição da renda no período de um ano, e que se pretendesse estabilizar os preços tomando como base esse padrão — vale dizer, introduzindo uma série de reajustamentos de preços e salários —, dificilmente se lograria contentar a todos os grupos. O padrão médio de distribuição da renda no período de um ano terá que ser totalmente diverso se se começa a contar esse ano no mês de janeiro ou no de junho, e ninguém poderá assegurar em que mês terá começado a elevação dos preços. Quando se cria uma situação desse tipo, isto é, em que todos os grupos sociais estão aparelhados para defender-se e têm uma consciência clara da posição que ocupam em cada momento, a estabilização se torna um problema difícil. A elevação do nível de preços vai deslocando o sistema de uma posição de equilíbrio instável para outra, sem que se forme nenhum processo tendente a reverter o sistema à estabilidade.

As observações que vimos de fazer põem a claro que a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno. Reconsideremos agora o problema do recrudescimento da inflação no Brasil, a partir de 1949. O desequilíbrio inicial resultou, inegavelmente, da brusca elevação dos preços dos produtos de exportação, mais precisamente os do café.<sup>185</sup> Essa elevação não pode, tecnicamente, ser qualificada de fenômeno inflacionário, uma vez que houve elevação concomitante da renda real. Os maiores preços do café foram pagos em dólares, e estes podiam ser transformados em

185. Os preços dos demais produtos também cresceram fortemente com o início das hostilidades na Coreia. A alta dos preços do café, entretanto, teve lugar vários meses antes.

oferta real de bens e serviços, absorvendo-se, assim, a procura excedente. Se as coisas ocorressem com essa simplicidade, teríamos uma redistribuição efetiva em benefício daqueles que derivam suas rendas da agricultura de exportação. A redistribuição deve ser compreendida, aqui, no sentido dinâmico: não se trata de transferência de renda de um grupo para outro, e sim do aumento da participação de certos grupos em uma renda maior. A redistribuição referida não se opera, entretanto, automaticamente, pois o desequilíbrio inicial dá lugar a uma série de reações de caráter inflacionário que, no quadro da economia brasileira, abrem oportunidade a outros grupos para absorverem uma parte do aumento da renda real. Com efeito, a elevação dos preços de exportação tem repercussão imediata na renda monetária dos grupos beneficiados, pois o produto exportado cria uma maior massa de renda. Esse aumento da renda monetária, de determinados grupos, tem como contrapartida o aumento do poder de compra no exterior do conjunto da coletividade. Existindo, como existia em 1949, um sistema de controle de importações, o incremento de poder de compra no exterior não poderá ser utilizado para expandir a curto prazo a oferta de bens de consumo. Cria-se, destarte, uma procura monetária excedente. A melhora na relação de intercâmbio, se bem que dê origem a um aumento de renda real, por uma questão de ajustamento no tempo, introduz no sistema um desequilíbrio de natureza monetária. E não é somente isso. O incremento da renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta, relativamente inelástica, de manufaturas, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamentos necessários para que a indústria e

o comércio expandam suas atividades. A expansão da renda monetária no setor ligado ao mercado interno pressiona igualmente sobre o nível geral de preços. Como os preços de exportação independem do nível da procura monetária dentro do país, o processo inflacionário tende a anular o ganho na distribuição da renda proporcionado ao setor exportador pela melhora nos termos de intercâmbio.

A rapidez com que se propaga a inflação no Brasil reflete em grande parte a forma como opera o seu sistema bancário. Poder-se-ia esperar que os efeitos inflacionários do descompasso entre o aumento da renda monetária do setor exportador e o incremento das importações fossem amortecidos pelas autoridades monetárias, as quais poderiam evitar que o sistema bancário, cuja liquidez estava aumentando, expandisse o crédito. Sem embargo, os bancos atuam quase sempre de forma totalmente passiva. Ao represar-se, no setor interno, o aumento de renda monetária, pressionando sobre os preços de artigos manufaturados, gêneros alimentícios e serviços, o sistema bancário subministra os meios de pagamentos necessários para que se propague a elevação dos preços. Seria evidentemente errôneo supor que o sistema bancário é o fator primário da inflação. Esta, conforme vimos, não é em sua origem um fenômeno monetário. Resulta da ação de certos grupos que pretendem aumentar sua participação na renda real. A melhora na relação de preços de intercâmbio abre, algumas vezes, essa possibilidade ao setor exportador. Para que essa melhora tivesse lugar em sua plenitude, seria necessário que a renda acrescida do setor exportador não se deparasse com uma oferta tornada inelástica por uma política autônoma de importações. Encontrada essa resistência de parte da oferta, começam a surgir as manifestações monetárias do desequilíbrio. Pode-se afirmar que, até aquele momento, a elevação da renda monetária

ria do setor exportador era o simples reflexo de um incremento da renda real, pois esse aumento tinha a contrapartida da entrada de divisas.<sup>186</sup> Uma vez manifestada a insuficiência da oferta, surgiu o excedente da renda monetária como fenômeno autônomo. Conseqüentemente, não estando controlados, os preços tenderiam necessariamente a elevar-se. Como a elevação do nível dos preços exige expansão dos meios de pagamentos, a essa altura do processo as autoridades monetárias poderiam desempenhar um papel autônomo. Esse papel, contudo, não seria de fácil execução, pois significaria, em última instância, a proteção de um grupo contra a ação de outros. Negando crédito para impedir a elevação do nível de preços, as autoridades monetárias estariam assegurando a redistribuição da renda em benefício do setor agrícola exportador. Como os setores industrial e comercial têm uma participação muito mais ativa no controle do sistema bancário, dificilmente se poderia esperar que este favorecesse, mediante uma política ativa, a referida redistribuição.

A elevação dos preços no setor de exportação, particularmente uma elevação brusca como a ocorrida com o café em fins de 1949, se traduz inicialmente em maiores lucros para todos aqueles que detêm estoques do produto. Os intermediários (prestadores de serviços) e logo em seguida os produtores vêem sua

186. A melhora na relação de preços de intercâmbio é um fenômeno real, da mesma forma que o aumento do rendimento da terra. Condições climáticas favoráveis podem proporcionar um incremento de dez por cento na safra de café, e daí resultar uma elevação da mesma magnitude na renda real de certos grupos. Da mesma forma, uma elevação dos preços do café proporciona um aumento da renda real dos referidos grupos. Ocorre, porém, que, para o conjunto da economia, a elevação dos preços do café só é um fenômeno real se não for acompanhada por uma elevação igual dos preços de importação. Neste segundo caso, aquela elevação poderá beneficiar o setor cafeeiro, mas nem por isso deixará de ser um puro fenômeno monetário.

renda monetária crescer rapidamente. A elevação do preço do produto se comunica do exterior para o interior, onde o consumidor local terá igualmente que pagar mais por ele. Dessa forma, opera-se uma primeira transferência de renda real do conjunto da população consumidora para o setor exportador. Em segundo lugar, na agricultura, os preços do setor exportador tendem a influenciar o setor ligado ao mercado interno. Como os fatores de produção ligados ao setor exportador são beneficiados, forma-se um movimento no sentido da transferência de fatores para o setor onde houve a alta de preços. A produção ligada ao mercado interno é assim prejudicada, o que é bem mais grave quando está crescendo a renda dos consumidores por efeito da elevação dos preços de exportação. Dessa situação, como é natural, terá que resultar um aumento dos preços dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno. Se o setor exportador representa, como ocorre no Brasil, uma parte muito importante da agricultura, é perfeitamente natural que os fatores ligados ao mercado interno procurem nivelar suas remunerações pelo padrão estabelecido no setor de exportação, pelo menos em base regional.

A forma como a agricultura se adapta a essa economia de mercado duplo é em parte responsável pela instabilidade crônica da economia brasileira. Ao manifestar-se uma alta nos preços de exportação, os fatores tendem a desviar-se do setor interno para o externo. Assim, ao mesmo tempo que a renda dos consumidores está crescendo, a oferta de produtos agrícolas dentro do país tende a contrair-se por efeito daquele deslocamento de fatores. Como as inversões ligadas ao setor externo exigem, no caso do café, um período de três a cinco anos para madurar, aquela transferência de fatores poderá continuar por algum tempo sem que tenha qualquer efeito sobre a oferta externa. Enquanto se mantiver elevado relativamente o nível dos preços de exportação, haverá tendência à transferência de fatores para o setor externo.

Ao madurarem as inversões nesse setor, cria-se muitas vezes uma situação de superprodução. A essa altura os preços do mercado interno possivelmente já terão subido suficientemente para nivelar-se aos de exportação. Ao caírem estes, tem início um processo inverso de transferência de fatores, aumentando a produção para o mercado interno na etapa em que se comprime a renda dos consumidores. Existe, assim, no setor primário da economia brasileira um mecanismo de ampliação dos desequilíbrios provenientes do exterior. Essa observação põe mais uma vez em evidência as enormes dificuldades com que depara uma economia como a brasileira para lograr um mínimo de estabilidade no seu nível geral de preços. Pretender alcançar essa estabilidade, sem ter em conta a natureza e as dimensões do problema, pode ser totalmente contraproducente do ponto de vista do crescimento da economia. E numa economia de grandes potencialidades e de baixo grau de desenvolvimento, a última coisa a sacrificar deve ser o ritmo de seu crescimento.